

A INQUISIÇÃO E O INQUISIDOR NO OUTONO DA MODERNIDADE

Sonia Siqueira¹

A partir dos pressupostos conceituais da História, o Tempo a Mudança e o Homem o cerne desta exposição reside no inserir uma instituição portuguesa – o Santo Ofício – em um contexto cultural, o Iluminismo ou Ilustração. A realidade é o século XVIII trazendo no seu bojo diferenças em relação aos séculos anteriores.

Não é o escopo realizar comparações nem acentuar contrastes entre o Tradicional e o que se construía como Novo. Busca-se apenas mostrar como uma instituição longeva como o Tribunal da Fé não pode ser historicamente visto como um todo homogêneo nem como se teria tornado injustificável e injustificado por terem mudado os valores. Como eles o Santo Ofício foi-se alterando gradativamente até ser negado com a supressão de 1821 por não ser mais útil à sociedade que o criara. Cada época tem a instituição que merece na medida em que consente na sua existência.

No século XVIII a Inquisição percorre um caminho de revisões críticas desaguando nas mudanças possíveis. Incentivos houve, provindos de dimensões maiores político-religiosas e econômico-sociais. Recriada foi a problemática do isolacionismo geográfico e da especificidade da Reconquista. Como pano de fundo uma atitude ibérica de desconforto com a perda da supremacia europeia de que gozara Portugal durante a longa gesta dos Descobrimientos e de que desfrutara a Espanha no seu Século de Ouro da cultura e civilização. Problemas residuais aflorando na persistência da mística do Sebastianismo na história lusa e que chegaram à Espanha ao fim do século XIX com as inquietações da Geração do 98.

Acentuara-se a necessidade de caminhar em consonância com outras áreas europeias, principalmente em se alinhar aos rumos abertos pela cultura francesa.

Apareciam mudanças. Na Inglaterra os *wihgs* tinham já sido anulados em favor da *gentry* e aconteciam reformas políticas significativas como a de Cromwel. Já no início do século XVIII o barroco nas cortes dos príncipes alemães cedera lugar a uma imitação do gosto francês com o rococó. Leibniz surgira como doutrinário escrevendo alternativamente em latim e em francês. Na corte prussiana Frederico II protegia filósofos franceses incluído Voltaire entre eles.

O Novo sim, se imiscuíra na vida ibérica, coado através de traços identitários que lhe são próprios, levando a Península a integrar-se na rotulada Ilustração Católica, também vigente na Áustria e na Itália. Configurada sobre as bases espirituais e religiosas ali existentes não há fuga dos pontos básicos da racionalidade antropocêntrica, com seus corolários de justiça, liberdade, felicidade e a crença obsessiva no *sapere aude* através da educação.

Tão pouco se foge dos novos contornos do poder exacerbados pelo regalismo a desaguar nas restrições ao poder da Santa Sé, mas essa Ilustração é moderada, eivada de respeito pela Tradição, disposta a ajustar-se às solicitações novas. Sua tônica são as acomodações, sua expressão as reformas, não a revolução. Avaliar

¹ Livre-Docente em História Ibérica pela Universidade de São Paulo. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba.

o Santo Ofício no contexto da Ilustração é revisitar a história da instituição fruto de uma cultura que alimenta e de que se alimenta. Buscar parâmetros para a compreensão do mundo colonial também desse estudo pode resultar. No caso a penetração do Iluminismo no Brasil foi buscada nas considerações sobre a mentalidade do último dirigente do Santo Ofício Português, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Nele explicitam-se duas faces igualmente importantes: a da Tradição, advinda da posse da terra, de sua exploração e defesa da escravatura e a Ilustrada do reformador do Seminário de Olinda.

O outono da Modernidade

Do ponto de vista cultural a Modernidade abrange dois momentos significativos: o Barroco, dos séculos XVI e XVII e a Ilustração, do século XVIII. Neste, dois períodos podem ser identificados: o da primeira metade do século, marcado pelo revisionismo crítico e pelo contágio das novas proposições, e o da segunda metade do século, marcado pelas mudanças ocorridas em todas as expressões da vida coletiva. Períodos que se destacam pela acentuação de algumas características, sem a possibilidade de generalizações, dada a labilidade das fronteiras culturais, invasoras da cronologia e relativas às representações e espacialidades. Variáveis são passíveis de serem notadas desde os fins do século XVII ao espraiamento pelas primeiras décadas do XIX.

A última fase dos anos modernos configura a cultura das Luzes assim vista como um contraste que reviveria o anacronismo de um Passado mergulhado nas trevas medievais de que não se teriam livrado os dois séculos anteriores. A cultura do Romantismo que sucede aos anos do Setecentos instala outra visão de mundo e outros paradigmas. O outono da Modernidade não tem, certo, uma coloração valorativa de esmaecimentos, mas de síntese interativa entre o que passou e a construção de outro mundo.

Luzes: tempo da vida europeia ocidental situado entre o século XVIII e o início das Grandes Revoluções, a Francesa e a Industrial. Suas raízes prendem-se à primeira metade do século XVII, quando Galileu e Descartes levaram à matematização da estrutura inteligível do universo; a evolução do pensamento matemático a passagem da Álgebra para a Análise e as intuições cartesianas permitiram a redução da matéria à extensão, a separação da consciência que conhece do objeto que é conhecido.

Do pensamento matemático adveio o pensamento científico quando o segundo quarto do século XVII ofereceu uma estrutura social favorável. A mudança técnica é filha dessa nova relação do mundo, afirmam-no Koyré, Georges Gusdorf e Serge Moscovici².

A matematização leva à grande autonomia do pensamento independente das circunstâncias materiais, das conexões lógicas interdisciplinares.

A preocupação com a matemática, própria da Ilustração, definia-se por um sensível gosto pelos esquemas mecanicistas elementares de um universo-relógio.

² As categorias modernas de *expansão e desenvolvimento* se inscrevem, para esses autores no longínquo prolongamento desta transfiguração de imagem do mundo e do homem, obra decisiva do século mecanicista.

Esse sistema de pensamento implica na oposição fundamental da natureza e do entendimento³.

A Filosofia das Luzes constituiu-se e desfez-se em pouco menos de um século. Entre 1680 e 1715 elementos do *corpus* clássico ocuparam o centro do Pensamento: foi o primeiro momento da nova cultura que se instalava - aquele de que se convencionou chamar de “geração da crise da consciência”. Depois o sistema da Ilustração começou a se desfazer no essencial sob os rigores lógicos do criticismo kantiano, partindo de uma dinâmica interna, das necessidades de uma lógica própria. Revela outra mentalidade, passível de ser captada ao nível do pensamento ou da história, marcada principalmente pela consciência do movimento do mundo e das coisas⁴. Movimento que induz ao Progresso. No entanto nada de radical. Tão pouco nada em termos absolutos⁵. O século XVIII conserva vigências do passado associando-as ao movimento e ao progresso prático. Sua importância reside na propensão à mudança que arrasta outras mudanças.

O pensamento das Luzes, fenômeno diferente do racionalismo e da secularização, embora intimamente unido a eles, afrouxou os vínculos do homem com o transcendente, embora não os tenha dissolvido. Em termos espirituais os cartesianos e pós-cartesianos pediram uma Teologia de absoluta transcendência em que o Criador do Universo – indefinido – garantia a ordem e era responsável pelo *primum mobile*. A geração da “crise da consciência” voltava-se para um Deus longínquo, escondido, transcendente, até a incomunicabilidade. Um Deus que não era mais mediador nem fundamento da Teoria do Conhecimento mas, paradoxalmente, estava no centro da atividade intelectual. Deus governando o mundo de acordo com a sua vontade e decisão expressa através da Revelação, esta ideia, sim, era vista como uma força conservadora por uma *intelligentia* extramundana.

Um novo saber protegia o homem. Passou-se a negar a Tradição como norma de ordem absoluta. Aumentara a confiança e a dependência da ciência, condição de crescimento e segurança de domínio do mundo material. Grande trabalho do século XVIII foi a construção de uma Teoria do Conhecimento apoiada na matemática e na filosofia da natureza. Dá-se a fusão do filosófico-científico com o literário-político-pedagógico e passa-se a uma visão individualista, eudemonista e

³ CHAUNU, Pierre. *La civilization de l'Europe des Lumières*. Paris: Arthaud, 1971, *passim*.

⁴ A partir da *Crítica da Razão Pura* define-se a impossibilidade da razão apreender tudo. Ciências, Letras, História, passaram a constituir setores autônomos do conhecimento. KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

⁵ Simplistas algumas posições explicativas do século XVIII que se aтем exclusivamente à permanência das estruturas dos modos de produção, da solidariedade aos gêneros de vida do passado, como a de Pierre Goubert em seus textos da *História econômica e social da França* publicada em três volumes por Ernest Labrousse e Fernand Braudel. Ou, no outro extremo, a de Lucien Goldmann, que em seu *Ilustración y sociedad actual*, numa perspectiva sociológica, descobre as correspondências entre as categorias essenciais da Ilustração e as estruturas características da economia de mercado. LABROUSSE, Ernest & BRAUDEL, Fernand (dir.). *Histoire économique et sociale de la France*. 3 tomes. Paris: PUF, 1970-1979. GOLDMAN, Lucien. *La ilustración y sociedad actual*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1968.

utilitária do homem e da sociedade.

Desmesura-se a ideia de Progresso entendido como percepção da mudança decorrente do encontro de duas novas estruturas: intelectual e circunstancial. Ideia que vence no cotidiano e supõe um mínimo de estabilidade que deve ser assegurada pelo Estado.

O Estado no século XVIII é o Estado contratual a serviço dos súditos entre os quais deve espalhar a Filosofia, i.e., espantar a ignorância e o egoísmo e instaurar a suprema categoria ética, a Filantropia. Estado soberano, que não divide suas funções com instituições ou classes privilegiadas.

Em termos religiosos as Luzes propuseram o refúgio no foro íntimo, uma religião de relação vertical. Nova sensibilidade religiosa. A salvação – magno problema dos séculos barrocos – recuou para o foro interior, sem implicações com a autonomia do conhecimento, dando liberdade ao corpo. Pensamento e fé pressupõem uma dimensão insuspeitada da cidade terrestre, abrem uma alternativa à escatologia cristã: um tempo melhor preenchido de preocupações práticas, de possibilidades, de esperanças modestas. A esperança que se situa no temporal difere da esperança na eternidade. Está prenhe de ativismo.

Os traços dessa nova mentalidade empírica, sensualista, anti-histórica, indiferente em matéria religiosa, voltada para um economicismo abstrato, sofreram desvios. Limitações e compromissos com o ambiente cultural pré-existente.

No âmbito da cultura europeia ocidental definiu-se uma Ilustração típica dos países católicos, que procurou limitar o poder jurisdicional da Igreja, defender o espírito laico, renovar a atitude científica, propagar as reformas sociais e políticas, proteger a indústria e comércio, levantar o nível da população. Uma Ilustração que pactuou com o Catolicismo – não apenas fé, mas principalmente visão de mundo – e se expressou em reformismo e pedagogismo. Nessa Ilustração se inseriu Portugal.

Na Ilustração ibérica, a Ilustração portuguesa

No mundo ibérico as primeiras décadas do século XVIII veem morrer certos elementos da cultura dos séculos áureos por esgotamento e incapacidade de renovação. Anêmica a burguesia peninsular diluía-se num aristocratismo doentio em busca de privilégios e títulos. O pensamento sob a tensão da ortodoxia tomista vinha sendo modelado pelos jesuítas e policiado pela Inquisição.

O Iluminismo, de origem exógena em relação à Península Ibérica irrompera no mundo atlântico com verdadeira virulência por encontrar receptiva a atmosfera burguesa que o florescimento do tráfico oceânico alentava a reclamar a ruptura das tradições culturais existentes. Constrói-se um movimento baseado na crítica da herança do Passado redundando na recriação dos valores identitários.

O ritmo revisionista é comum ao Ocidente: uma fase crítica restrita ao plano das ideias e da espiritualidade, seguida de outra de políticas públicas instalando mudanças.

O Iluminismo divide a Europa em dois blocos de acordo com o entranhado da tradição cultural. Pode-se então falar do Iluminismo Mediterrâneo, visível em parte da Áustria, na Espanha, em Portugal e na Itália onde se configurou. Nesses países houve o desejo de mudanças, mas estas se realizaram em consonância com o fundo cultural prevalente sem atitudes iconoclastas mas sim reformistas, abrindo

sínteses contemporizadoras.

Na Península Ibérica essa Ilustração amaciada teve uma revisão crítica voltada principalmente para a depuração da religiosidade e pela precária educação de todos os segmentos sociais.

Ao se dar destaque à Ilustração portuguesa não há qualquer intenção de diferencia-la da espanhola no ritmo de instalação ou nos caminhos propostos ou trilhados pelos seus próceres. A base teórico-doutrinária é a mesma como a mesma é a adesão aos autores franceses. Em ambas avultou o desejo de integração europeia e a preocupação com o distanciamento cultural que o domínio mais acelerado das novidades suscitava na mentalidade ibérica.

As diferenças no mergulhar nas novas posições mentais e materiais se fez sentir com as nuances do gênio próprio de cada país, com a essência de sua identidade refletida no ordenamento socioeconômico, nos desafios de seus impérios coloniais. Em outras palavras, na sua história pregressa, na “consciência cultural” de seus dirigentes, nas tramas entretidas nas vidas de seus cidadãos d’aquém e d’além mar.

Na Espanha, num primeiro momento, há de se dar destaque aos trabalhos do beneditino Benedito Feijoo principalmente no seu Teatro Crítico voltado para desmistificar a crença popular supersticiosa nas relíquias e nas possessões demoníacas, bem como a obra do jesuíta José Francisco de Isla, *Fray Gerundio de Campazas*⁶, ridicularizando os pregadores barrocos e sua formação. Na segunda metade do século XVIII as ideias e preceitos doutrinários dos *novadores* estão na raiz das reformas de Carlos III e Carlos IV.

Em Portugal a primeira fase do repensar o barroco corresponde aos *estrangeirados*, homens que viveram em outros países europeus servindo ao reino em embaixadas e legações, ou estrangeiros que a convite do rei deslocaram-se para Portugal para contribuir com seus conhecimentos técnicos ou médicos. Com eles traziam-se ideias diferentes já vulgarizadas em suas terras que, divulgadas, incitavam a novas reflexões. Politicamente esta fase corresponde ao reinado de D. João V e aos primeiros anos do de D. José. Ao primeiro atribui-se a preocupação com o progresso da nação sendo significativa a incumbência que deu a Verney de iluminar o país. Entre os *estrangeirados* avultam as figuras de D. Luis da Cunha, Ribeiro Sanches, do Cavaleiro de Oliveira e sobretudo a de Luis Antonio Verney, considerado por Luis Cabral de Moncada a “consciência cultural” de seu tempo⁷.

Todos eles mostraram preocupação com sua terra natal encarreirando sugestões para resolver seus principais problemas e recompor sua dignidade no contexto europeu. Isto ficou patente em seus trabalhos principais como *Cartas sobre a*

⁶ TORRE Y ROJO, José Francisco de Isla de la. *Historia del famoso predicador Gerundio de Campazas, alias Zotes*. Primera parte. Madri: Imprenta de Gabriel Ramírez, 1758. _____. *Historia del famoso predicador Gerundio de Campazas, alias Zotes*. segunda parte. Madri: s.r., 1768.

⁷ MONCADA, Luís Cabral de. *Um iluminista português do século XVIII: Luís Antônio Verney*. Coimbra: s.r., 1941.

educação da mocidade⁸ de Ribeiro Sanches, no *Verdadeiro método de estudar*⁹ de Verney e até no substrato das *Cartas familiares*¹⁰ e no *Amusement périodique*¹¹ de Cavaleiro de Oliveira.

Numa segunda fase, a ação reformadora de Pombal, tendo como base motriz o regalismo josefino. Sobressaltos houve, senão quebras da continuidade pelo menos tentativas de freá-la durante a *Viradeira*.

A configuração de um novo perfil cultural chama a atenção para a realidade do mundo colonial – no caso o Brasil – onde as alterações da vida metropolitana sem fazem sentir mais demoradamente. Também frutificavam diferentes, pois outro era o seu substrato sociocultural.

O problema era a imissão de um outro mundo conceitual que se detém na felicidade, no progresso na liberdade do homem – de ser e de viver – a coragem de afrontar o consagrado socialmente e de tentar impor a própria humanidade inclusive diante de Deus e da sua Igreja. Ainda se respeitava o poder do rei como fator de um novo mundo, desde que estivesse ele a serviço dos interesses da coletividade e da consecução de seus fins.

A crítica dos anos anteriores e ao subjetivo marcou o pensamento dos *estrangeirados*, versão portuguesa dos *novadores* espanhóis. Em sua opinião, o país estava envolto no atraso, na obscuridade da ignorância. Seu primeiro alvo foi a questão religiosa incluindo as instituições que com ela se relacionassem, no caso o Santo Ofício, a censura intelectual e os cristãos novos.

Na Ilustração Portuguesa o Santo Ofício

Em primeiro plano a rejeição que em vários graus o Santo Ofício foi alvo no plano das críticas dos *estrangeirados*. Diogo de Mendonça, já em 1671, pensou na sua reforma pelas mais rigorosas leis do Estado. Em 1745 o Núncio teria escrito ao papa dando conta dos procedimentos inquisitoriais rotulando-os de “bárbaros pelo escândalo que recebiam os estrangeiros todos e por lhe constar, sem dúvidas, que padecia muita gente sem culpa capaz de morte sem outra qualquer representação”. O Santo Ofício foi alvo de críticas acerbas.

Alinharam-se proposições dos escritores do tempo tendo em comum a preocupação com a terra natal. As comparações com outros países, o desalento com a realidade portuguesa duramente tratada têm origem na necessidade de reavivar o orgulho pátrio. Muitos haviam sido os anos de isolamento de Portugal primeiro por vontade própria seguindo a política do Cardeal Infante, depois pelo domínio filipino que privara o reino de corte própria e da circulação de embaixadores pela

⁸ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Domingos Barreira, s.d. [1760].

⁹ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*: para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. 2 t. Valença: na oficina de Antonio Balle, 1746.

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco Xavier de [Cavaleiro de Oliveira]. *Cartas familiares, históricas, políticas e críticas*: discursos sérios e jocosos. 3 vols. Lisboa: Typ. de Silva, 1855 [reimp. da edição de 1741].

¹¹ OLIVEIRA, Francisco Xavier de [Cavaleiro de Oliveira]. *Oeuvres mêlées ou discours historiques, politiques, moraux, littéraires, & critiques*: publiés dans les mois de Janvier, Fevrier, Mars & Avril [Mai, Juin, Juillet & Aout; Septembre, Octobre, Novembre & Décembre] MDCCLI, sous le titre d'Amusement periodique. 3 vols. Londres: s.r., 1751.

Europa. Pequenas aberturas houve com as guerras da Restauração e a política da nova dinastia. Delas resultou nova visão sobre a cultura e inevitáveis comparações levando à busca de soluções.

Expressões dessa insatisfação podem ser elencadas, por significativas, as figuras de Verney, de D. Luís da Cunha e de Cavaleiro de Oliveira, que além do registro dos problemas socioeconômicos do reino detiveram-se na existência do Santo Ofício para eles o maior culpado do estado de coisas existente.

Luis Antonio Verney¹² português de ascendência francesa de burgueses de Lyon. Deve a sua longa permanência na Itália a grande capacidade de assimilação cultural. Aspirou ser o mentor de uma grande reforma de mentalidade em Portugal desempenhando um papel compatível ao de Muratori em Modena e de Genovese em Nápoles. Acredita que as reformas se fariam através de leis e estas emanadas do soberano.

Escreveu em italiano para os ministros Aires de Sá e Mendonça Almada propondo mudanças. Entre essas dava ênfase à Questão Religiosa que para ele abrangia a existência do Santo Ofício, a Censura Intelectual e a política em relação aos Cristãos Novos. Temas interligados que para ele teriam condicionado a origem do atraso português e seu distanciamento da cultura europeia.

Na realidade o Santo Ofício nos primeiros anos do Setecentos limitava as possibilidades de um arejamento do ambiente cultural do país. Sua ação tornara inviável a de homens de espírito menos políticos. O Tribunal na sua função de vigia do pensamento e dos comportamentos fez-se ponto central das críticas que os *estrangeirados*, os teatinos e os oratorianos dedicavam a ele.

Aos 5 de janeiro de 1785 Verney escrevia ao ministro Almada – seu porta-voz junto a Pombal e ao rei – sua opinião sobre o Tribunal: “[...] matando cruelmente milhões de homens com o pretexto de faze-los cristãos mas na verdade para roubar-lhes os tesouros e reinos. Estas não são coisas que se devam permitir em um século iluminado”¹³. Tem horror à Inquisição “não só como tribunal especializado em punir os judeus, mas como sentinela vigilante da ortodoxia em geral”. Mas Verney não pretendia, de modo algum, suprimir pura e simplesmente a Inquisição, apenas reformá-la¹⁴. Pretende só torná-la inofensiva. Acredita possível alcançar tal intento pela ação do rei e de seu ministro Pombal. Insiste que havia urgência em

¹² Luís Antônio Verney nasceu em Lisboa em 1718 e morreu em Roma em 1792. Sua formação foi jesuítica no Colégio de Santo Antão, completada pelos oratorianos com quem estudou Filosofia nos Estudos Menores. Arcediago de Évora. Publicou longa série de materiais didáticos para o ensino médio e superior. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Secretário do embaixador português em Roma que depois o mandou prender, tirou-lhe os bens e o exilou para Pisa entre 1765-66. Seus irmãos Diogo e Henriques foram Familiares do Santo Ofício. Coursou a Universidade de Évora por 7 anos onde obteve o grau de Mestre em Artes. Em 1736 foi para Roma de onde nunca mais voltou. Depois da morte de D. João V, Verney apresentou uma Relação das perseguições e ingratidões que sofrera por parte dos ex-dirigentes do reino. Recebeu uma pensão anual e foi elevado a sócio correspondente da Academia Real das Ciências e a Deputado honorário da Mesa da Consciência e Ordens.

¹³ Apud MONCADA, *Um iluminista português...*

¹⁴ “Em primeiro ponto é preciso conservar aquele Tribunal. Não porque eu o creia necessário ou útil, que pelo contrário o vejo como coisa mais inútil e prejudicial mas porque supostos os prejuízos da Nação que quer aquele espantinho”.

se tomarem providências enquanto viviam o rei e o ministro porque “depois seria tarde e viria certamente reação fatal com o novo governo que pode arruinar em pouco tempo tudo o que agora se dispõe”. Via a necessidade de se fazerem três coisas: primeiro escrever um novo Regimento; segundo, obter para ele a aprovação de Roma, mesmo estando cortadas as relações com Santa Sé; terceiro, conseguir introduzir nas diferentes Inquisições gente do governo, gente de confiança, pelo menos dois senadores seculares de reconhecida capacidade.

Sua pretensão era secularizar o Tribunal, introduzir na orgânica processual certas ideias espalhadas na Europa pelos iluministas, especialmente na Itália de Filangieri e Beccaria relativas à suavização das penas, extinção da tortura, nova ordem nos processos, certas garantias para os acusados respeitando-se o sentimento de humanidade. Importava iluminar o poder absoluto colocando-o a serviço da razão. Curiosamente recorria ao despotismo intolerante para realizar as ideias de tolerância.

Em sua correspondência Verney ridiculariza certos delitos punidos pelo Santo Ofício como as superstições e crimes imaginários, feitiçarias e pactos com o demônio dizendo ser sabido que “os diabos tem grande medo dos países onde se conhece bem a Filosofia a Medicina, as Leis e a Teologia, portanto nunca se arriscam em tais lugares em fazer pactos com nenhum homem”. No entanto Verney salvava sua ortodoxia sobre o pacto demoníaco: “é coisa possível mas não se dá mais há centena de anos nem Deus permite tal coisa. Os maus príncipes, estes continuam a destruir os outros”. Se o Santo Ofício deixasse de criminalizar tais delitos eles diminuiriam e até acabariam. O mesmo raciocínio aplica à perseguição dos cristãos novos. Melhor seria deixar impune alguns delitos do que punir inocentes.

Quanto aos principais procedimentos da Inquisição Verney sugeria que os réus deviam ter ampla defesa e poder se comunicar com quem achassem necessário. As penas, quando merecidas, deviam ser mantidas secretas, suprimindo-se os Autos de Fé e a publicação das listas de condenados. Devia ser permitido o conhecimento do nome dos acusadores. E ainda acelerar os processos, melhorar o regime prisional, o sustento e a habitação dos presos com mais ar, luz, cama e disciplina. A prisão não é pena que corresponda ao delito, devendo por isso ser o mais possível branda já que é apenas preventiva. Abolir a tortura. No caso de culpas leves como de palavras, trata-las com repreensões e conselhos dados em segredo. Jamais condenar à morte por problemas eclesiásticos. Certamente a adoção de tais medidas resultaria na diminuição das culpas inclusive de Judaísmo, que eram a vergonha da Nação.

Há uma nova visão. Os réus, mesmo delinquentes não deixam de ser homens como nós. Antes da condenação ninguém tem o direito de maltrata-los.

Apoiadas na desmesura do poder real as novas propostas encaminhadas ao trono alteravam a estrutura orgânica da instituição afastando-a ou pelo menos reduzindo a autoridade papal em favor da régia. Mermada a influencia da Igreja, reduzida a autonomia relativa de que gozava a Inquisição. O Santo Ofício era mais um poder que devia ser enfraquecido diante do despotismo dito esclarecido que o século XVIII inventara. Processo de redução de poderes sociais e institucionais sintomático da substituição das elites aristocráticas em favor da classe média, especialmente da burguesia. Além do Santo Ofício Verney, aderindo às Luzes preocupava-se com a instrução como nervo central das alterações das mentalidades. A ela se dedicou.

A obra mais importante de Verney foi o *Verdadeiro Método de Estudar*, oposição ao ensino jesuítico calcado na Escolástica restaurada e no método peripatético. O trabalho caracterizou-se por uma linguagem franca e objetiva, medir questões pedagógicas pelo critério da utilidade prática, i.e., o rendimento social efetivo dos estudos e mostra ausência de qualquer preconceito exclusivista de superioridade nem do trabalho intelectual em relação ao manual nem da inteligência masculina em relação à feminina. Nas mesmas condições de vida e escolaridade negros ou ameríndios valem como os brancos.

Cavaleiro de Oliveira. Entre os *estrangeirados* foi emblemático o comportamento de Francisco Xavier de Oliveira, o Cavaleiro de Oliveira que viveu entre os anos finais do reinado de D. João V e o início do regime pombalino (1702-1783)¹⁵. Comparou Portugal a um relógio atrasado pela Inquisição.

Em 1756 escreveu o *Discurso Patético*¹⁶ sobre o terremoto de Lisboa explicando-o como um castigo de Deus irritado com as superstições e idolatrias no que em Portugal o Cristianismo se degenerara. O resultado foi sua condenação e relaxamento ao braço secular pelo qual foi queimado em efígie pelo Tribunal da Fé no Auto de 1761. Pombal sancionou sua condenação, pois explicava o terremoto por uma questão natural. O fato acelerou sua hostilidade com a Inquisição. Para se defender de um processo que julgava injusto publicou em francês em Londres, onde morava, *Le Chevalier d'Oliveira brulé en figure. Comment hérétique et pourquoi? Anedotes et réflexions sur cet sujet donné au public par lui même*¹⁷. Termina dizendo que “conforme os princípios de minha religião eu de todo meu coração aos meus inimigos, os Inquisidores, perdou as injustiças”¹⁸.

Considerações sobre o reino levaram-no a declarar que Portugal jamais seria feliz se não abolisse o Tribunal do Santo Ofício e não permitisse que os judeus tivessem uma sinagoga no lugar ocupado pela Inquisição. Declara ter fundamentado suas propostas “na doçura dos preceitos evangélicos sob os direitos da santa razão e sob as regras da melhor política”¹⁹, estranhando então ser digno de censura.

Insiste em se dar liberdade de consciência aos judeus por que o comércio se ressentia com a perseguição. Demonstrou ira com os procedimentos dos Inquisidores e com essa “instituição execrável que não fez nunca outra coisa que inundar

¹⁵ Educado pelos jesuítas. Feito Cavaleiro da Ordem de Cristo. Renunciou a sua origem social e seu título desejando ser apenas um burguês europeu. Foi ocupar o posto de secretário da embaixada portuguesa em Viena no lugar deixado pela morte de seu pai. Viena era no tempo a capital da frivolidade e da galanteria. Entregou-se a uma vida de aventuras e intrigas burocráticas o que causou demissão do cargo.. Através de leituras francesas e inglesas encheu-se de dúvidas sobre casos milagrosos, os frades mundanizados, as superstições portuguesas. Reflexo disto estão nas *Cartas familiares* escritas em italiano e francês, editadas na Holanda entre 1741 e 1742 com temas variados tratados com fina ironia. Em 1751 converteu-se ao anglicanismo e passou a viver da publicação mensal em Londres do *Amusement Périodique*.

¹⁶ OLIVEIRA, Francisco Xavier de [Cavaleiro de Oliveira]. *Discours pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Adressé a mes compatriotes et en particulier a Sa Majesté très-fidèle Joseph I. Roi de Portugal*. Porto: Typographia Occidental, 1893 [1756].

¹⁷ OLIVEIRA, Francisco Xavier de [Cavaleiro de Oliveira]. *Le Chevalier d'Oliveira brulé en effigie comme hérétique: Comment et Pourquoi? Anecdotes et Réflexions sur ce Sujet, données au Public par lui-même*. A Londres: s.r., 1762.

¹⁸ OLIVEIRA, *Le Chevalier d'Oliveira brulé...*

¹⁹ OLIVEIRA, *Le Chevalier d'Oliveira brulé...*

Portugal com o sangue das vítimas humanas que ela imolou e provoca a vingança celestial”. Diz que os Inquisidores usavam a heresia como pretexto para satisfazer seus próprios interesses causando indignação a todas as pessoas de bem.

Rotula o Tribunal de iníquo e sanguinário que excomungando os hereges garantiam sua entrega aos demônios. Depois, farisaicamente – a afirmação é dele – entrega os réus à justiça secular recomendando tratamento benigno e piedoso.

Insiste na abolição da designação de cristão novo deixando-o que viva sua religião “como se pratica em todas as nações da Europa sem embaraço de serem tão cristãs como a nossa”. Suspender a transmissão da culpa à família antes que se diga que basta um pinga de sangue hebreu para corromper o corpo cristão. Isso seria um fator para reter no reino os capitais que acabam se evadindo com os cristãos novos.

Digno de destaque fica outro *estrangeirado* D. Luís da Cunha²⁰. Representante de um Iluminismo não revolucionário essencialmente progressista e humanista. Sua atenção voltou-se para um problema prático: os males de Portugal e os seus remédios, as deficiências e atrasos do país em comparação com outros levaram-no a formular extensas e violentas críticas além de sugestões construtivas e planos de reformas das estruturas econômicas e sociais no domínio da religião e dos costumes. Foi partidário do absolutismo, mas não do puro despotismo: para ele o rei não diferia de um pai de família.

Era antagônico à Inquisição a quem culpava pelos mais importantes problemas do reino:

*A insensível e crudelíssima sangria que o Estado leva é a que lhe dá a Inquisição, porque diariamente com medo dela estão saindo de Portugal com seus cabedais os chamados cristãos novos. Não é fácil estancar em Portugal esse mau sangue quando a mesma Inquisição os vai nutrindo pelo mesmo meio que pretende querer veda-lo ou extingui-lo.*²¹

Defende o fim dos Autos de Fé, mas preocupa-se com a utilidade da Inquisição:

[...] não convem que por esse modo ficasse a Inquisição sem exercício e o povo sem esse divertimento a que chamam triunfo da fé. Respondo que nunca faltaria aos Inquisidores o que fazer mais em que se ocupar porque ainda que se lhe tirasse esse ramo que é o mais pingue

²⁰ Nasceu em Lisboa aos 23 de janeiro de 1662 e morreu em Paris aos 9 de outubro de 1749. Filho de D. Antônio Álvaro da Cunha e de D. Maria Manuel de Vilhena. Bacharel em Cânones por Coimbra em 1684 licenciado em 1685. Começou na magistratura como Desembargador da Relação do Porto (1685) e da Casa da Suplicação (1688). Em 1695 abraçou a carreira diplomática como enviado extraordinário para Londres onde exerceu a função de 1697 a 1712. Em 1728 foi enviado por D. João V como plenipotenciário aos Estados Gerais. Entre suas obras mais importantes constam *Memória da paz de Utrecht, Tradução e Paráfrases dos Tratados de Paz e Comércio celebrados em Utrecht Badar e Anvers, Instruções para Marco Antonio de Azevedo Coutinho*.

²¹ CUNHA, D. Luís da. *Testamento político ou carta escrita ao Senhor D. José I antes do seu governo, Lisboa, 1820*. Republicado com introdução e notas de M. Mendes. Lisboa: Seara Nova, 1943.

*de sua jurisdição sempre lhe ficariam outros muitos em que empregá-la como por exemplo contra os que abraçam novas opiniões ou errôneas ou heréticas.*²²

Em casos irrecuperáveis propõe renovar a Lei de Extermínio do rei D. Pedro: toda pessoa convicta no crime de Judaísmo saísse do reino em dois meses. Essa lei teria diminuído os processos de Judaísmo tanto que Lisboa para fazer um Auto de Fé teve ao seu tempo que pedir réus às Inquisições de Coimbra e de Évora. A lei foi derogada pelo rei com a justificação de que os judeus com medo do extermínio não acusassem os de sua nação.

Defendeu os cripto-judeus: “Pouco importa à república que haja judeus ocultos quando não escandalizem e se conservem em suas casas”²³. Consta que D. Luís da Cunha, homem de muitos amores tinha se encantado em Paris com Madame Salvador, de origem israelita, mulher bem aparentada na Holanda e na Inglaterra com quem passou a viver. Nessa convivência radicaria sua boa vontade com o Judaísmo e suas práticas. Para ele, os prejuízos do Santo Ofício estendiam-se à Colônia:

*A Inquisição descobriu no Rio de Janeiro a mina dos judeus e lhes confiscaram os bens dos quais os principais eram os engenhos de açúcar que se perderam. Foi preciso que Sua Majestade ordenasse que os engenhos não fossem confiscados visto o prejuízo que se fazia ao comércio desse importante gênero.*²⁴

No *Testamento político*, sua obra mais importante, mostra preocupação com a fuga do ouro do Brasil para o estrangeiro, problemas da falta de população, critica o Tratado de Metwen por ruinoso para a indústria de lanifícios incita ao fomento da marinha mercante, sugere a criação de uma Companhia do Oriente, reclama da Igreja por possuir $\frac{1}{3}$ das terras do reino e do número excessivo de conventos. Mas, sobretudo ataca frontalmente o Santo Ofício.

Na Inquisição Portuguesa o último Inquisidor

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o último Inquisidor Geral de Portugal pode ser analisado em duas vertentes que confluem permitindo traçar o seu perfil: homem do Santo Ofício e homem da Ilustração. Interação com o meio cultural e posicionamento numa instituição que projetando-se do Passado insistia em permanecer.

Azeredo Coutinho dirigiu o Tribunal da Fé por pouco tempo, de 1818, quando foi nomeado até sua extinção em 1821, ano em que finda com seu assentimento como deputado pelo Rio de Janeiro nas Cortes Constituintes.

Quem foi Azeredo Coutinho? Nasceu aos 8 de dezembro de 1743 na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, filho primogênito de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel e Sebastiana Isabel Rosa de Moraes. Seu pai era

²² CUNHA, *Testamento político...*

²³ CUNHA, *Testamento político...*

²⁴ CUNHA, *Testamento político...*

aparentado com os Azeredo Coutinho que formavam família poderosa e dispunham do morgado de Mirapicu, termo de Iguassu. Pais e avós paternos e maternos eram descendentes, por varonia, de Pedro de Sousa Chichorro fidalgo da casa del rei D. João II. Ao seu avô materno, capitão-mor e governador da comarca de Campos dos Goitacazes deve-se a pacificação dos índios coroados. Após a morte de seu pai tomou conta dos negócios da família até os 30 anos. Renunciou ao morgado em favor de seu segundo irmão Sebastião da Cunha Coutinho Rangel fidalgo da casa real e coronel da Cavalaria Miliciana do Rio de Janeiro. Em 1773 foi para Portugal para cursar a Universidade de Coimbra onde em 1780 tomou o grau de bacharel em Direito. Em 1783 habilitou-se a deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa; Em 1784 foi apresentado para arcediogo da Sé do Rio de Janeiro e confirmado em 1785 tomando posse por seu procurador no ano seguinte. Voltou à Universidade para a licenciatura em Cânones exigida pelo Santo Ofício tendo renunciado à dispensa dos Estudos Maiores oferecida por D. Maria I. Em 1794 foi indicado para ocupar a cadeira episcopal de Pernambuco vaga pela promoção de seu ocupante D. frei Diogo de Jesus Jardim para o bispado de Elvas. Confirmado por Pio VI foi sagrado em 1795 pelo bispo do Algarve D. José Maria de Melo, Inquisidor Geral, concorrendo a esse ato a Academia Real de Ciências de que era membro desde 1791. Exerceu o cargo de Diretor Geral dos Estudos da Capitania de Pernambuco. Em 1802 foi nomeado para coadjuvar e suceder ao bispado de Miranda e Bragança. Em 1806 nomeado para o bispado de Elvas onde permaneceu até 1817 donde foi mandado para o bispado de Beja a que renunciou em 1808. Por despacho de D. João VI foi nomeado Inquisidor Geral e Presidente da Junta de Melhoramento das Ordens. Confirmado por Pio VII tomou posse no mesmo ano. Eleito pelo Rio de Janeiro deputado às Cortes Constituintes nelas tomou assento em 10.9.1821, morrendo dois dias depois.

Homem do Santo Ofício

Azeredo Coutinho nasceu no Brasil, de família poderosa pelo sangue, títulos e posses, comprometido com o alto clero, repulido pela Universidade de Coimbra reformada, aos 06 de setembro habilitou-se a Deputado do Santo Ofício. No requerimento em que solicitou o ingresso diz

[...] que deseja ter a honra de ser deputado ordinário do Santo Ofício da Inquisição desta Corte por se considerar com as circunstâncias precisas para o dito emprego e como nela há muitas pessoas que conhecem simplesmente seus pais e avós peço a V. Majestade seja servido fazer a dita graça na forma que pretende e há de mandar proceder à sua habilitação nesta corte como pátria comum.²⁵

O pedido, note-se, é feito ao rei, não diretamente ao Conselho Geral ou ao Inquisidor Geral. A processualística do Tribunal ainda não fora totalmente alterada,

²⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Maço 160, D. 3077, 1785.

mas o fato leva a inquirir se na esfera do poder o Despotismo Ilustrado já se fazia sentir na estrutura inquisitorial.

Curioso, no tempo, o desejo de ingressar na Inquisição quando a instituição era alvo de cerradas críticas que tanto impressionavam a opinião europeia e era, para os naturais, sinônimo de atraso da vida portuguesa. O móvel desse pedido certamente não seria a vantagem econômica ou os privilégios, pois já os tinha por herança e por ser membro do alto clero. Aquiesceu em ser nomeado Inquisidor Geral, posto à frente de um Tribunal que agonizava e onde não havia muito a fazer. Falava mais alto sua face conservadora?

As diligências deveriam ser feitas principalmente no Brasil que no processo é lembrado como pátria comum.

O Regimento de 1774, do Cardeal da Cunha, peça importante das reformas pombalinas fora objeto da secularização tornando-se instrumento do poder real. O Título II – sobre o poder dos Inquisidores – reduzia o poder dos dirigentes, rompera a hierarquia igualando o campo de ação dos Inquisidores ao do Inquisidor Geral. Impusera o critério de antiguidade no cargo para definir funções e preeminências. Determinou que importante era a justiça secular. O Santo Ofício apenas gozava poder por ter nele delegado o rei. Os processos deviam correr observando a forma das Ordenações.

A Inquisição que ordinariamente ficava na dependência do rei e do papa agora estava toda submetida ao trono. Por trás o problema fundamental do século, a relação Estado-Igreja. Problema que se configurou e cresceu na medida direta do quanto foi complexa a mentalidade do século XVIII em matéria religiosa.

Pairava a necessidade de liberar poder civil do eclesiástico, libertar o Estado democratizando-o, fazer da Igreja *instrumentum regni* pela qual passaria a ideia da tolerância. Buscava-se diminuir o poder institucional da Igreja e difundir o espírito laico. Certo que haveria a impossibilidade de manter o Santo Ofício como sempre fora tradicional defensor da ortodoxia e das crenças.

A Inquisição sofreu a intervenção da coroa nos seus procedimentos. O espírito jesuítico que regia os Regimentos de 1613 e de 1640 era outro motivo de hostilidades, principal incentivador do novo Regimento. Reduzia-se a gravidade de delitos como a feitiçaria, as superstições e os pactos com o demônio, não obstante fossem conservadas disposições quanto à bruxaria. O tormento fora suspenso em tese. Mas havia casos de exceção que deviam seguir os trâmites fixados nas Ordenações. Se bem tivesse sido incluída na alçada do Santo Ofício a maçonaria, estreitava o campo da ação inquisitorial depois de extinta a distinção entre cristãos novos e velhos. Tornava-se inútil a averiguação da limpeza do sangue e suprimida a vergonha do trânsito da culpa pelas gerações e pelos colaterais. Na realidade um conjunto de medidas que eram frontalmente contrárias à manutenção das diferenças sociais e abalavam os fundamentos da nobreza. O século rendia-se à burguesia e tentava derrubar preconceitos.

A censura dos livros deixara de ser exclusiva da Inquisição dividida entre ela, o Ordinário e o Desembargo do Paço. A criação da Mesa da Consciência e Ordens, a extinção dos Visitadores das livrarias e das naus acabaram de solapar a preeminência inquisitorial. Amornado o medo começaram a aparecer publicações que eram

diatribes contra o Santo Ofício. Encaixam-se aqui excertos de autobiografias como as de Dellon e de Hipólito da Costa narrando os recônditos de suas vivências sob a Inquisição. Derrocavam o segredo e o silêncio, escancaradas as particularidades do Santo Ofício ao mundo europeu.

O Inquisidor vivia nesse ambiente de descrédito e limitações da instituição que dirigia. Em outras palavras: Azeredo Coutinho viveu uma época dos mais intensos sobressaltos da invasão das ideias iluminadas. Ideias avessas ao espírito que criara e norteara o Tribunal da Fé, baseada na defesa de uma ampla liberdade essencialmente humanística e antropocêntrica, obcecada pelo progresso, hostil aos preconceitos.

Esse outro clima cultural certamente não se emparelhava com o barroco dos séculos anteriores onde nasceu e se expandiu o Santo Ofício.

A questão que se coloca é a da postura de Azeredo Coutinho. Qual terá sido o comportamento do Inquisidor diante da nova conjuntura cultural? Resistência, adesão ou mera complacência? As respostas certamente implicam no apreender e compreender suas opções.

Homem da Ilustração

Importa saber quanto e como Azeredo Coutinho se deixou penetrar pelas ideias e doutrinas do Iluminismo, bem como seu posicionamento mental diante de traços característicos da Ilustração como o naturalismo, o jusnaturalismo, o cientismo, o liberalismo econômico fisiocrático, o humanitarismo, um certo intelectualismo ético e principalmente o pedagogismo. Exemplificações são possíveis ao detectar sua posição mental diante da escravidão dos negros e sua ação reformista da instrução ao criar o Seminário de Olinda. Exemplos significativos por dizerem respeito ao Brasil.

O último Inquisidor nasceu no Brasil onde viveu parte de sua vida. Aqui esteve ligado à elite cujo poder se assentava na posse da terra, no cultivo da cana com base no trabalho escravo. A Colônia tinha ao tempo papel importante na produção e comércio do açúcar na região de Campos que sucedera ao Nordeste. Suas obras mais expressivas são justamente aquelas que refletem sua condição de filho da Colônia, sua preocupação com sua economia. São elas: *Memória sobre o preço do açúcar* (Lisboa 1791), *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (Lisboa, 1794), *Discurso sobre o estado atual das minas no Brasil*²⁶ (Lisboa, 1804), *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa d'África* (Lisboa 1808), *Concordância das leis de Portugal e das Bulas Pontifícias das quais umas permitem a escravidão dos pretos d'África e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil* (Lisboa, 1808), *Epítome das vantagens que Portugal pode tirar das suas colônias do Brasil para liberdade do comércio do sal naquele continente*. Sua produção literária concentra-se no econômico, deixando grandes vazios em possíveis escritos sobre a Igreja ou a espiritualidade cristã ou mesmo o Santo Ofício, temas que não repercutiam na sua sensibilidade.

²⁶ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil, dividido em quatro capitulos*. Lisboa: Impresam Regia, 1804.

Escrevendo em Portugal embora, a constante do seu pensamento é o Brasil que lhe serve de referência concreta. “O discorrer sobre objeto de minha pátria ou que com ela tem relação é um doce pensamento da saudade, desta saudade inseparável da Pátria que por si mesma se apresenta à imaginação”²⁷ diz no *Discurso sobre o estado atual das minas no Brasil*. Integrado na cultura portuguesa não há em seus propósitos quaisquer laivos seccionistas. Pelo contrário, nos seus escritos como nas suas ações deixa entrever o cuidado de consolidar as relações metrópole-colônia. Essa eleição pelo Brasil não se radica apenas em uma preferência sentimental pois sua obra econômica tem sempre por tema questões coloniais convencido de que a economia metropolitana se fundava numa vital dependência da produção ultramarina. Quanto mais Portugal devesse às suas colônias mais rico seria.

O fato não era novo. D. Luís da Cunha em seu *Testamento político* já sugerira a D. João V a mudança do rei e da sua corte para o Brasil dada a importância deste como sustentáculo da economia reinol.

As ideias ilustradas que Azeredo Coutinho aceitou giravam em torno da valorização do conhecimento científico levando-o ao combate da ignorância de métodos mais aperfeiçoados para a exploração do ouro, não obstante ser contra a exploração dos metais: “as minas são uma descoberta infeliz porque nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da agricultura”²⁸.

Deixava o bispo entrever preocupações próprias da Ilustração referentes ao Brasil do açúcar na medida em que pregava que se beneficiasse a técnica com os progressos da ciência. Aponta a falta de método na construção das fornalhas das caldeiras em que se purifica o caldo para o açúcar e indica melhores disposições sobre as chaminés para evitar o muito fumo.

O espírito pragmático do tempo levou Azeredo Coutinho a tratar o problema do comércio dos escravos e da necessidade da permanência da escravidão. Sem escravos a terra não poderia ser tratada, não renderia, prejudicando o país. Defendia o primado da sociedade sobre o homem, portanto recusa concepções de independência e de república. Recusa a ideia de injustiça no comércio de escravos que seria contra o Direito Natural e as convicções sociais.

Mostra um conservadorismo residual básico no apego à ordem estabelecida, intelectualismo, ético de quem esperava que o conhecimento da Verdade assegurasse sua observância. Em sua obra está a construção lógica da defesa da justiça da escravidão. Volta-se contra o pacto social que levaria à destruição da ordem. A necessidade tornou obrigatória a Lei da Escravidão. O tráfico é justificado como lei de justiça relativa ditada pelas circunstâncias, vendo um papel civilizador no mercado de escravos.

Condenava as doutrinas que justificavam a subversão da ordem social e política. “Como pode Portugal subsistir sem a agricultura sem o comércio e sem ter com o que pagar a quem o defendesse?”²⁹. Terra e escravos são binômio estrutural da economia da colônia que era um todo com a metrópole. Seus interesses entrelaçavam-se. Se o escravo era imprescindível para a produção brasileira era imprescindível para

²⁷ COUTINHO, *Discurso sobre o estado actual...*, p. 04.

²⁸ COUTINHO, *Discurso sobre o estado actual...*, p. 19.

²⁹ COUTINHO, *Discurso sobre o estado actual...*, p. 09.

Portugal. No regime servil via as melhores condições de rentabilidade.

Mostrou-se contrário à revolução e ao sistema de ideias que a nutria: “sem direito natural é arbitrária e a humanidade é só de nome e os filósofos são hipócritas”³⁰. Pelo Direito Natural todos os homens são livres e iguais em direitos mas a escravidão era um imperativo da necessidade. Reconheci abusos na prática. Então seu humanitarismo o fazia aconselhar aos senhores tratarem bem os seus escravos pelo seu próprio interesse. Esse traço de praticidade rege, em geral, as soluções que oferece em seus trabalhos. A bondade significa sustentar, vestir e curar os escravos e dar-lhes suas horas de sono à noite, instrução religiosa e casamento, castigos nos limites da justiça. Se os senhores não observassem isso deveriam pagar uma taxa em benefício das obras pias, taxa que se agravaria nas reincidências chegando a punição até a inabilitação a cargos públicos.

Não admitia que o escravo pudesse queixar-se do senhor nem mesmo sua apresentação em juízo para provar excessos de castigos para não agudizar o relacionamento entre ele e o dono, nem admitia que se instalassem demandas que poderiam permitir sublevações e perturbar o Estado.

Seu humanitarismo, como suas ideias sobre a liberdade, estava totalmente refreado pela visão dos interesses dos senhores e pelos cuidados pela manutenção do ordenamento existente. Não chegou a reconhecer qualquer direito aos escravos, mas apenas alguns deveres aos patrões. Em termos político-sociais o bispo era mais rígido que o Inquisidor.

Basicamente digladiaram-se no seu espírito e na sua mente o peso da Tradição e os apelos do Iluminismo. Nada de revolucionário. São fortes seu apego ao trono, sua defesa da monarquia, de uma sociedade hierarquizada. Rejeitava a ideia de igualdade dos homens e das nações mostrando o mundo dividido entre a civilização – a Europa – e a barbárie – a África.

Azeredo Coutinho não deixou de carregar os vínculos com que o Santo Ofício outrora amarrava seus membros: classe privilegiada que defende na jurisdição da Igreja, na própria autoridade de detentor de privilégios contra a invasão de outros poderes.

Contributo significativo ao Iluminismo foi a crença de que partilhou Azeredo Coutinho no valor da instrução como fatora da felicidade e caminho para o progresso dos homens e das nações. O exemplo mais contundente de sua adesão ao pedagogismo foi a criação do Seminário de Olinda, canal por onde se escoariam as diretrizes da nova cultura.

O Seminário, criado em 1789, instalado em 1800 no antigo colégio dos jesuítas, tem sido considerado o “reduto onde mais fortemente se manifestaram no seu espírito e nos seus métodos os princípios que orientaram as reformas pombalinas em grande parte inspiradas pelas ideias dos enciclopedistas”³¹. A afirmação é de Fernando de Azevedo em seu livro *A Cultura Brasileira*.

O Seminário Nossa Senhora das Graças foi criado em Olinda por Azeredo

³⁰ “ANALISE sobre a justiça do comercio do resgate dos escravos da costa d’Africa”. Lisboa: na Oficina de João Rodrigues Neves, 1808. *Apud AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira*. São Paulo: IBGE, 1943, Prefácio, p. VIII.

³¹ AZEVEDO, *A cultura brasileira*, p. 325.

Coutinho. Os Estatutos do Seminário como o restante da obra do bispo de Pernambuco revelam um esforço de consolidação ideológica quando persistências tradicionais procuram harmonia com ideias novas que iam sendo absorvidas embora filtradas por um espírito precavido e agressivo. Isso toma a aparência de uma espécie de correção do idealismo teórico dos filósofos pelo imperativo das necessidades concretas: um aderir metodológico à Ilustração.

No preâmbulo dos Estatutos reaparecem as determinações da Reforma da Igreja que insistia na noção de seminário “obra que além de ser grandemente recomendada pelos Padres do Concílio Tridentino é, em si mesma, o mais próprio objeto da vigilância e cuidado dos pastores da Santa Igreja”. A criação de um colégio, portanto, também respondia à mentalidade ilustrada que fazia da instrução pública um reforço do fundamento da ordem civil. A justificativa invocada pelo seu criador é a construção de uma natureza má e corrompida que pode se salvar pela educação. Mantém a concentração do homem eivado do pessimismo da escatologia cristã, mas tenta corrigi-la pela mística do *sapere aude*.

O currículo do Seminário se abria para as ciências, para a utilidade social dos conhecimentos, e para a Matemática, mas é conservador em termos do pensamento e espiritualidade. Quando inova aproxima-se muito do que Verney expõe no *Verdadeiro método*. Azeredo Coutinho apesar da abertura para o espírito geométrico e para o racionalismo mostra-se contemporizador com a realidade. O espírito que imprimiu no Seminário era o de hierarquia, obediência, docilidade. Termos como *experiência, razão, natureza e sabedoria* aparecem com frequência, mas sempre ligados ou provenientes do Criador, da Igreja e da Tradição.

Pela análise das estruturas administrativas e pedagógicas, principalmente pela análise das matérias ensinadas e do modo de ensiná-las parece evidente que o Seminário de Olinda era uma instituição nova dentro da tradicional orientação jesuítica que vigira até então. O ensino do Seminário inicia nos espíritos o movimento científico que caracteriza a Ilustração definida no Brasil do século XIX³². Note-se que o cientificismo é também dominante na Ilustração portuguesa.

O Seminário buscou, em consonância com o espírito do tempo, nova valorização do homem através da cultura de caráter utilitário que lhe permitisse aproveitar as forças da natureza racionalmente disciplinadas. Mas sem jamais deixar de confrontar a ideia do Criador com a de homem e natureza criadas. Por isso toda a orientação dada aos alunos visava reordenar as vontades para que não se apartassem da uniformidade geral. Pregava-se a submissão, o perdão das injúrias, a repressão dos ressentimentos e das vinganças. Nada convidava os espíritos às insurgências. Tão pouco aos professores permitia-se discordância da homogeneidade das ideias que la deviam imperar. Não se encontram nos Estatutos, que quase tudo determinam sobre o ensino e a formação dos educandos, alterações nos conceitos tradicionais de *nação, povo, patriota, cidadão, lei, estado, direitos do homem, reformas*, que possam ser sintomáticas de mudanças do equipamento mental e de um nível de politização. Nada na organização pedagógica do Seminário ou da orientação a ele dada por seu fundador que permita inseri-lo no lastro seccionista de 1822.

³² Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, jan./mar. 1978, p. 105-170.

A Ilustração que o Seminário encarna não afrouxa os vínculos do homem com o transcendente. Mantém-nos dentro da perspectiva do Cristianismo seiscentista. Não nega a Tradição embora valorize o conhecimento advindo do contato direto com a Natureza. Preocupa-se menos com a ideia de progresso do que com a do saber e felicidade. Não prega o indiferentismo em matéria religiosa, não é anti-histórico nem predominantemente sensualista. O Seminário de Olinda pertence àquela Ilustração de compromissos, de meios tons, de moderações, própria do mundo ibérico que se transmudou em reformas. A Ilustração de que participava seu criador.

O seminário foi um avanço na organização educacional do tempo na Colônia. Transferiu para o Brasil as mudanças do ensino. Mudanças possíveis. Reformar, isto é, contemporizar com o tradicional a ele acrescentando algumas novidades. Institucionalizou as tendências científicas vigentes na Coimbra reformada. Tendência do reino português tangido por mentalidade eminentemente pragmática por motivos sensivelmente utilitários.

Considerações finais

A gestação de uma nova visão de mundo configurando o Iluminismo marcou o século XVIII. O fenômeno não foi homogêneo nos espaços europeus onde tomou cores locais configurando novo espírito e nova espiritualidade. Ritmo e intensidade também se diferenciaram. Projeção para o mundo colonial foi naturalmente tardia. Reformas e revoluções ocorreram. Se a abertura para as ciências abrigou tendência secularizadora, arrastou à independência dos comportamentos, seu desenvolvimento no início do século XIX está muito longe ainda de induzir nos espíritos ou nas mentes predisposições que se expressassem em filosofias revolucionárias.

A presença de Azeredo Coutinho no Santo Ofício induz a explorar sua personalidade e muitas das explicações alinhadas para justificar o fim da instituição.

A Inquisição que por tanto tempo fora resposta às aspirações dos populares e das elites vira diminuir a possibilidade de sua existência. Em 1816 D. João VI, ainda príncipe regente pediu ao papa a abolição do Santo Ofício “instituição gasta pelo tempo incompatível com a necessidade e interesses da Nação Portuguesa e impotente e inutilizada já para a propagação da pureza e santidade dos dogmas da Igreja Católica”³³. São essas as palavras que constam da Instrução passada por D. João VI ao diplomata português em Roma³⁴.

Ao Inquisidor não foi pedido o milagre de ressuscitar o Santo Ofício que, aliás, não conheceu nenhum *revival* como ocorreu na Espanha de Fernando VII.

Azeredo Coutinho, como Verney, abriu-se às Luzes. Moderadamente, dentro de suas possibilidades. Combateu o pensamento revolucionário, mas entregou-se ao reformismo sobretudo ao pedagogismo mostrando as influências de uma Coimbra renovada por novas posições filosóficas. Em muitas de suas obras escritas defendeu posições que não se sustentariam enquanto vigorava o espírito tradicio-

³³ SILVA, J. M. Pereira da. *História do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: s.r., 1890, p. III.

³⁴ SILVA, *História do Império Brasileiro*, p. 256.

nal do Santo Ofício. Um exemplo: negar ao escravo o direito de acusar seu dono. Outro, os motivos eram econômicos e sociais não de ortodoxia religiosa que no passado intentara igualar a todos. Se destruídas estavam as diferenças sociais pelos critérios antigos a utilidade gerava outros. Permanecia a ideia do bem comum da sociedade, mas o princípio que o justificava já não era a unidade das consciências. Seu grande apego ao absolutismo despótico fizera-o relegar a plano secundário a dependência a Roma, levando-o à aceitação da quebra de relações com a Santa Sé. Caminhava pois para o fim o enfeudamento do reino ao papa que viera de D. Afonso Henriques na primeira dinastia de reis portugueses.

Azeredo Coutinho queria conservar mudando ou concedendo mudanças e por isso selecionava no elenco das ideias modernas que pediam render, sem alterar a ordem, sem afetar o trono, a Igreja, a sociedade. Aceitava ideias que não implicassem em reformas políticas ou lesões à ortodoxia. Os revolucionários para ele eram inimigos.

Homem da classe dominante repelia a ideia de igualdade, homem do trono hostilizava a revolução, homem da Igreja não podia aceitar doutrinas eivadas de materialismo ou de determinismo ainda que aqui seja menos seguro com sua ideia de necessidade. Homem do Santo Ofício: mergulhado na invisibilidade.

Em Azeredo Coutinho podemos encontrar dois terços de tradicionalismo para um terço de modernidade de espírito o que de certa forma se equaciona com o clima da Ilustração mediterrânea. No velho prelado que vinha de tantas polêmicas era um passo para o futuro e não em direção ao passado vencido. Numa Inquisição anemizada desde meio século antes, o último Inquisidor, já brasileiro e de fundas raízes genealógicas, por sua mentalidade acessível à osmose de novas ideias, não terá sido uma força humana de resistência à mudança que vinha do impacto das novas ideias que venciam.



RESUMO

A partir dos pressupostos conceituais da História, o Tempo, a Mudança e o Homem o cerne desta exposição reside no inserir uma instituição portuguesa – o Santo Ofício – em um contexto cultural, o Iluminismo ou Ilustração. No século XVIII a Inquisição percorre um caminho de revisões críticas desaguando nas mudanças possíveis. Incentivos houve, provindos de dimensões maiores político-religiosas e econômico-sociais. Recriada foi a problemática do isolacionismo geográfico e da especificidade da Reconquista. Este artigo contextualiza a figura histórica do inquisidor e a própria inquisição no cenário citado.

Palavras Chave: Inquisição; Reconquista; Modernidade.

Artigo recebido em 25 abr. 2014.

Aprovado em 12 mai. 2014.

ABSTRACT

From History's conceptual assumptions – Time, Change and Man, the core of this exposition lays on inserting a Portuguese institution – the Holy Office – in a cultural context, the Illuminism or Illustration. On XVIII century, Inquisition goes through a critical review path, draining on feasible changes. Incentives did existed coming from higher political-religious and social-economical dimensions. Geographical isolationism and Reconquer problematics so were recreated. This article contextualize the inquisitor's historical figure, and the same inquisition on the mentioned scenario.

Keywords: Inquisition; Reconquest; Modernity.